

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SECIONAL DE SÃO PAULO

AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS DE 2020

MAIO DE 2021

We do better, come together

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECIONAL DE SÃO PAULO

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes

Anexo I – Balanços patrimoniais

Anexo II – Demonstrações do resultado

Anexo III – Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Anexo IV – Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Sumário das notas explicativas

1.	Contexto operacional	12
2.	Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis	13
3.	Principais julgamentos e fontes de incertezas nas estimativas	14
4.	Principais práticas contábeis	15
5.	Caixa e equivalentes de caixa	19
6.	Valores em cobrança	19
7.	Direito de uso de arrendamento	20
8.	Imobilizado	21
9.	Intangível	23
10.	Empréstimos e financiamentos	23
11.	Contribuições estatutárias	24
12.	Retenções contratuais	26
13.	Receitas – assistência financeira	27
14.	Provisão para riscos processuais	28
15.	Patrimônio líquido	28
16.	Receitas ordinárias	29
17.	Custo das receitas ordinárias	29
18.	Receitas extraordinárias	30
19.	Custo das receitas extraordinárias	31
20.	Despesas com pessoal	31
21.	Despesas administrativas e gerais	32
22.	Superávit do exercício	32
23.	Gerenciamento de riscos	32
24.	Trabalho voluntário	33
25.	Cobertura de seguros	34

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs. Diretores e Administradores da
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECIONAL DE SÃO PAULO

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECIONAL DE SÃO PAULO (“OAB”/“ENTIDADE”)** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir, intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECIONAL DE SÃO PAULO** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e a Interpretação Técnica – ITG 2002 aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, com o Estatuto da Advocacia e da OAB, instituído por meio da lei 8.906, de 4 de julho de 1994, Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB e Provimentos do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Base para opinião com ressalva

De acordo com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprova a ITG 2002 – Norma Brasileira de Contabilidade para Entidade sem Finalidade de Lucros, alterada pela ITG 2002 (R1), o trabalho voluntário das entidades sem fins lucrativos deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço, como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. Conforme descrito na nota explicativa nº 24, em decorrência de sua dimensão, a Entidade não mensurou o valor do trabalho voluntário para os exercícios de 2020 e 2019, logo, não nos foi possível concluir por meio de procedimentos alternativos de auditoria sobre os valores envolvidos e seus possíveis impactos nas demonstrações contábeis, em decorrência da ausência dessa mensuração e consequente ausência de divulgação em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações

contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes, previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados a sua continuidade operacional e ao uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade, cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das atividades.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de

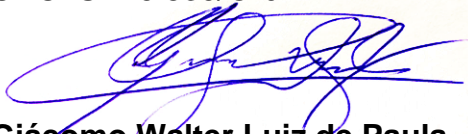
auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de maio de 2021.

PP&C Auditores Independentes
CRC2SP16.839/O-0



Giacomo Walter Luiz de Paula
CRC1SP243.045/O-0
Contador



SÃO PAULO
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

ANEXO I

Balço patrimonial em 31 de dezembro

Em reais

ATIVO	Nota	2020	2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	130.528.319	131.426.665
Valores em cobrança	6	108.488.306	100.288.365
Contribuições estatutárias antecipadas		2.792.594	2.210.089
Adiantamentos diversos		678.907	2.199.063
Outros ativos		457.679	410.727
		242.945.805	236.534.909
Não Circulante			
Depósitos judiciais		842.027	643.217
Outros créditos		-	55.430
Aplicações financeiras	5	7.055.555	10.000.000
Investimentos		71.741	71.741
Direito de uso de arrendamento	7	9.881.540	19.670.253
Imobilizado	8	149.224.782	137.950.840
Intangível	9	1.908.091	2.461.883
		168.983.736	170.853.364
		411.929.541	407.388.273

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



SÃO PAULO

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Seção de São Paulo

ANEXO I

PASSIVO	Nota	2020	2019
Circulante			
Empréstimos	10	3.241.189	3.225.835
Contribuições estatutárias:			
Conselho Federal	11.1	11.752.290	10.746.143
CAASP	11.2	23.774.386	21.121.369
Fundo Cultural	11.3	3.248.231	2.993.636
FIDA	11.4	2.350.458	2.149.228
Contas a pagar		5.230.901	7.268.195
Arrendamento/Locação		9.773.972	9.788.713
Provisão para férias e encargos sociais		6.033.832	5.706.021
Retenções contratuais	12	3.902.851	3.036.337
Receitas antecipadas		8.726.856	6.906.528
Receitas - assistência financeira	13	2.019.838	2.068.494
Obrigações sociais e fiscais a recolher		5.154.699	5.996.713
		85.209.503	81.007.212
Não circulante			
Empréstimos	10	4.247.063	7.467.780
Provisão para riscos processuais	14	9.510.239	9.302.141
Retenções contratuais	12	33.456.042	32.990.981
Arrendamento/Locação		646.979	10.412.462
Receitas - assistência financeira	13	43.891.262	45.843.710
		91.751.585	106.017.074
Patrimônio líquido	15		
Patrimônio social		165.894.415	121.124.614
Ajustes de avaliações patrimoniais		29.627.831	30.053.691
Superávits acumulados		39.446.207	69.185.682
		234.968.453	220.363.987
		411.929.541	407.388.273

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



SÃO PAULO

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Seção de São Paulo

ANEXO II

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Nota	2020	2019
Receitas			
Ordinárias			
Anuidades pessoas físicas		309.863.354	306.591.874
Contribuições de pessoas jurídicas		2.406.944	13.702.220
Taxas e emolumentos		9.342.907	12.308.326
Inscrições		8.209.143	10.011.511
Multas e atualizações monetárias de anuidades		1.434.127	1.494.102
	16	331.256.475	344.108.033
(-) Custo das receitas ordinárias	17	(9.314.651)	(10.236.307)
Receita ordinária líquida		321.941.824	333.871.726
Extraordinárias			
Serviços		69.232.732	49.839.359
Concursos		2.707.991	6.794.590
Financeiras		6.128.114	13.725.470
Diversas		5.670.596	10.782.349
	18	83.739.433	81.141.769
(-) Custo das receitas extraordinárias	19	(63.493.417)	(44.582.469)
Receita extraordinária líquida		20.246.016	36.559.300
Deduções das receitas			
Contribuições estatutárias		(104.490.324)	(101.602.654)
Provisão para perdas		(15.658.733)	(20.722.065)
		(120.149.057)	(122.324.719)
Receitas líquidas		222.038.783	248.106.308

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



SÃO PAULO

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Seção de São Paulo

ANEXO II

	<u>Nota</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Despesas			
Despesas ordinárias			
Com pessoal	20	(152.612.085)	(156.029.518)
Administrativas e gerais	21	(62.866.086)	(77.199.354)
Outras despesas		<u>(1.534.798)</u>	<u>(3.352.398)</u>
		(217.012.969)	(236.581.270)
(-) Apropriações ao Fundo Cultural		8.701.719	8.723.616
Escola Superior de Advocacia		8.701.719	8.723.616
Apropriações para custos			
Jornal do advogado e exame da ordem		940.644	2.120.933
Copiadoras - locação de máquinas		755.225	1.833.258
Notas de débito - CAASP / OABPREV		3.137.487	2.741.699
Copiadoras - materiais		361.304	1.060.983
Cobrança de anuidades pessoas físicas e jurídicas		3.805.976	4.075.488
Taxas e emolumentos - confecção de carteiras		<u>690.958</u>	<u>1.013.404</u>
		9.691.594	12.845.764
Despesas extraordinárias			
Financeiras		(3.984.243)	(4.709.119)
Outras		<u>(4.830.417)</u>	<u>(4.395.231)</u>
		(8.814.660)	(9.104.349)
Superávit do exercício		<u>14.604.466</u>	<u>23.990.068</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

ANEXO III

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em reais

	Patrimônio social	Ajustes de avaliação patrimonial	Superávits acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2018	103.511.567	30.479.504	62.382.847	196.373.919
Transferência dos superávits do exercício	17.613.047		(17.613.047)	-
Realização da reserva de reavaliação		(425.813)	425.813	-
Superávit do exercício			23.990.068	23.990.068
Em 31 de dezembro de 2019	121.124.614	30.053.691	69.185.682	220.363.987
Transferência dos superávits do exercício (Nota 2)	44.769.801		(44.769.801)	-
Realização da reserva de reavaliação (Nota 15)		(425.860)	425.860	-
Superávit do exercício			14.604.466	14.604.466
Em 31 de dezembro de 2020	165.894.415	29.627.831	39.446.207	234.968.453

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



SÃO PAULO

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Seção de São Paulo

ANEXO IV

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	14.604.466	23.990.068
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	18.318.392	18.068.984
Alienação de ativos	8 (541.161)	56.007
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	6 18.570.989	9.295.412
Atualização monetária - retenções contratuais	12 2.025.062	1.512.054
Juros sobre empréstimos e financiamentos	10.1 804.119	1.205.704
Juros sobre arrendamentos	863.663	1.372.393
Provisão para riscos processuais	14.1 2.864.304	4.380.146
	57.509.834	59.880.769
Redução (aumento) dos ativos operacionais:		
Cobrança	321.515	8.553.332
Anuidades a receber	(27.092.445)	(17.065.552)
Contribuição estatutária	(582.505)	(1.643.317)
Adiantamentos diversos	1.520.156	(1.116.602)
Outros ativos	(190.332)	(152.649)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		
Contas a pagar	(2.037.293)	(208.738)
Contribuição estatutária	4.114.988	954.529
Receita diferida	(2.001.104)	(7.605.762)
Provisão para contingências	(2.656.206)	(1.526.813)
Receitas antecipadas	1.820.328	5.135.367
Provisão de folha	327.811	(115.236)
Obrigações fiscais	(842.015)	(925.170)
Outras obrigações	-	(335.685)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	30.212.732	43.828.471
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	10.1 (1.092.626)	(1.543.018)
Juros pagos sobre arrendamentos	(863.663)	(1.372.393)
Fluxo de caixa de investimentos		
Investimentos e imobilizado	8 (19.009.182)	(14.408.819)
Intangível	(410.549)	(475.316)
Aplicação financeira	2.944.445	-
Direito de uso de arrendamento	(9.069.162)	(9.382.737)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(25.544.448)	(24.266.872)
Fluxo de caixa de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos	10.1 (2.916.856)	(2.213.151)
Retenções contratuais - Mútuo CAASP	(693.486)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(3.610.342)	(2.213.151)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(898.347)	14.433.036
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	131.426.665	116.993.629
No fim do exercício	130.528.319	131.426.665
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(898.347)	14.433.036

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020

Em reais

1. Contexto operacional

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), constituída por meio do artigo 17 do decreto 19.408, de 18 de novembro de 1930, possui personalidade jurídica e forma federativa. Tem por finalidade defender a Constituição, a ordem jurídica do estado democrático de direito, os direitos humanos, a justiça e pugnar pela boa aplicação das leis, pela rápida administração da justiça e pelo aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas, além de promover, com exclusividade, a representação, a defesa, a seleção e a disciplina dos advogados em toda a República Federativa do Brasil.

Criada em 22 de janeiro de 1932, a Seção de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB SP) é a maior do País, com um contingente que ultrapassa 350 mil advogados e advogadas, além de 30 mil sociedades inscritas. A Entidade mantém mais de 100 comissões atuantes, entre permanentes e especiais, que desenvolvem importante trabalho de estudo e aperfeiçoamento da legislação, além de zelar pelo bom desempenho da profissão, contando com mais de 900 postos de atendimento espalhados por todo o estado de São Paulo, incluindo as 243 Subseções.

Devido à atual pandemia do coronavírus (Covid-19), a Entidade enfrenta uma redução no fluxo normal de atividades, por conta do isolamento social e medidas restritivas, visando evitar a propagação do vírus. Essas ações se baseiam sempre nas recomendações técnicas proferidas pelas entidades médico-sanitárias estaduais e governamentais.

A gestão constantemente avalia o impacto do surto nas operações na posição patrimonial e financeira da Entidade, além de promover ações de caráter institucional, emergencial e humanitário frente a esse cenário, tais como:

- Auxílio-alimentação de caráter humanitário para advogadas e advogados acometidos pela Covid-19, em conjunto com a CAASP (Caixa de Assistência dos Advogados);
- Campanhas sociais de caráter humanitário para atendimento da população carente de forma direta e indireta, em conjunto com a CAASP;
- Resolução Conjunta com a CAASP, visando prorrogação do pagamento das parcelas da anuidade vigente e anteriores devido ao período de crise;
- Portaria visando renegociação de contratos, de modo a minimizar os custos e impactos financeiros, sem prejuízo da continuidade com excelência dos serviços e recursos necessários para atendimento à classe;



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020

Em reais

- Palestras virtuais, *webinars* e atuações diversas pelas Comissões temáticas da Entidade, abordando assuntos relacionados, de modo a interagir e integrar toda a classe e a população; e
- *Home-office* aos colaboradores, sem prejuízo de atendimento presencial (quando necessário), em observância às recomendações feitas pelas entidades médico-sanitárias, estaduais e municipais.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Entidade, inclusive as notas explicativas, estão apresentadas em reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações contábeis foram elaboradas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e a Interpretação Técnica – ITG 2002, aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, com o Estatuto da Advocacia e da OAB, instituído por meio da lei 8.906, de 4 de julho de 1994, Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB e Provimentos do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, quando aplicável. Para a Entidade não há diferenças entre o resultado abrangente do exercício e o resultado do exercício, dessa forma, a Entidade apresenta apenas a demonstração do resultado.

A administração declara que todas as informações relevantes, próprias das demonstrações contábeis, estão evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão.

Em 14 de maio de 2021, a administração da Entidade aprovou a emissão das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de determinados instrumentos financeiros derivativos e não derivativos, quando aplicável, os quais são mensurados por seus valores justos.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020

Em reais

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, que é a moeda principal do ambiente econômico no qual a Entidade atua (“moeda funcional”), sendo que quando a moeda for diferente da moeda funcional de apresentação das demonstrações contábeis, ela é convertida para o real (R\$) na data do fechamento.

3. Principais julgamentos e fontes de incertezas nas estimativas

Na aplicação das políticas contábeis, a Entidade faz julgamentos e elabora estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir, significativamente, dessas estimativas. A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas.

a) Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

É definida com base em avaliação e qualificação dos riscos, cuja probabilidade de perda é considerada provável. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da administração juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

b) Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa

As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são constituídas, quando aplicável, para levar os valores em cobrança a seu valor de recuperação, com base em um modelo de perda de crédito esperada. A Entidade estimou a perda de crédito esperada para valores em cobrança, definindo premissas com base em históricos de pagamentos do devedor e considerações sobre acordos financeiros, além de análises sobre fatores externos e macroeconômicos.

c) Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Entidade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020

Em reais

4. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados:

a) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são avaliados pelo custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, quando aplicável. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de liquidez, cujas taxas são factíveis às de mercado, estando ao seu valor justo e de realização.

As aplicações financeiras são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço (imune da retenção do imposto de renda) ou valor da cota de fundo de investimento.

b) Valores em cobrança

Correspondem aos valores a receber de associados no decurso normal das atividades da Entidade. Os valores a receber são reconhecidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, deduzidos de provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”) para cobrir eventuais perdas esperadas na realização desses créditos.

A administração efetuou a mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais, definindo premissas com base em informações históricas de pagamentos dos devedores e considerações sobre acordos financeiros, além de análises sobre fatores externos e macroeconômicos.

O cálculo do valor presente não resultou em valores relevantes, razão pela qual não foram contabilizados.

c) Imobilizado

O ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido das depreciações acumuladas e perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulada, quando necessário.

A depreciação é substancialmente reconhecida no resultado, pelo método linear, com base nas taxas fiscais de depreciação, que se aproximam da vida útil



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020

Em reais

estimada de cada ativo, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente depreciado.

d) Intangível

Os ativos intangíveis compreendem, prioritariamente, direito de uso de softwares e são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização, calculadas com base nas taxas anuais.

e) Demais ativos circulantes e não circulantes

Os ativos circulantes e não circulantes estão registrados pelos seus valores de aquisição, ajustados aos seus valores prováveis de realização, quando aplicável.

f) Empréstimos

Atualizados com base nas variações monetárias, acrescidas dos respectivos encargos incorridos até a data de encerramento do exercício.

g) Receitas de assistência financeira

Correspondem aos valores recebidos por meio de assistência financeira do Conselho Federal, para a aquisição da nova sede do Conselho Seccional e novas sedes de Subseções, sendo assim reconhecida no resultado quando os critérios de exigência de reconhecimento da receita forem atendidos, no caso, concomitantemente à efetivação da depreciação dos imóveis.

h) Contribuições estatutárias

As contribuições estatutárias são devidas ao Conselho Federal, à Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo, ao Fundo Cultural e ao Fundo de Integração e Desenvolvimento Assistencial dos Advogados (FIDA), constituídas de acordo com os artigos 56 e 57 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil e suas atualizações, sobre as receitas brutas mensais de anuidades, incluídas as eventuais atualizações monetárias, considerando, inclusive, as correspondentes provisões para perdas, nos termos da lei 8.906/94, nos seguintes percentuais:

- 10% para o Conselho Federal;
- 20% para a Caixa de Assistência dos Advogados;
- 3% para o Fundo Cultural; e
- 2% para o FIDA.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020

Em reais

Os passivos correspondentes são provisionados com base nas anuidades lançadas e não recebidas, líquidas das provisões para perdas constituídas.

i) Retenção contratual

Corresponde aos valores objeto de instrumento de mútuo pactuado junto à Caixa de Assistência dos Advogados, considerando repasses estatutários não efetivados nos anos de 2002 a 2003, corrigidos monetariamente.

j) Provisão para férias e encargos sociais

A provisão para férias é constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados até o final do exercício (engloba as férias vencidas e proporcionais) e inclui os encargos sociais incidentes.

k) Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são registrados pelos seus valores conhecidos ou calculáveis e, quando aplicável, acrescidos dos encargos e atualizações monetárias incorridos até a data do balanço.

As receitas antecipadas referem-se às anuidades relativas ao exercício de 2021, recebidas em 2020, as quais foram apropriadas ao resultado do exercício social subsequente.

l) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Entidade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, em que tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Ativos financeiros

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Entidade são caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e valores a receber, classificados como empréstimos e recebíveis, pois representam ativos financeiros não



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020

Em reais

derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, menos perdas do valor recuperável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, quando aplicável.

Passivos financeiros não derivativos

A Entidade determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Os passivos financeiros não derivativos são inicialmente mensurados pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos.

Os principais passivos financeiros não derivativos reconhecidos pela Entidade são: empréstimos e financiamentos, contas a pagar, taxas, impostos, contribuições e obrigações sociais, retenções contratuais, receitas antecipadas e assistência financeira. Esses passivos financeiros geralmente não são negociados antes do vencimento.

m) Apuração do resultado do exercício

As receitas e despesas são apropriadas segundo a sua natureza, com observância ao regime de competência.

n) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro não são devidos, em virtude de a OAB SP gozar de imunidade tributária em relação aos seus bens, rendas e serviços, conforme disposto no artigo 150, parágrafo 2, da Constituição Federal, combinado com o parágrafo 5º do artigo 45 da Lei Federal 8.906/94, de 4 de julho de 1994.

o) Ajuste de avaliação patrimonial

Constituída com base nos laudos de avaliação dos imóveis preparados por empresas especializadas, conforme descrito na nota explicativa nº 15.



SÃO PAULO
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020

Em reais

p) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação real, legal ou constituída, como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido, preparadas pela administração da Entidade e pelos seus consultores jurídicos, quando necessário.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2020	2019
Caixa	193.291	196.895
Bancos	5.099.496	3.407.153
Aplicações financeiras	132.291.087	137.822.617
	137.583.874	141.426.665
Ativo circulante	130.528.319	131.462.665
Ativo não circulante	7.055.555	10.000.000

Relativas a fundo de investimento, aplicações em CDBs e poupança, as aplicações financeiras são representadas por valores de liquidez imediata, registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, remuneradas às taxas médias de mercado, podendo ser resgatadas a qualquer momento, sem modificação substancial de seus valores.

6. Valores em cobrança

Descrição	2020			2019		
	Valores em cobrança	Provisão para perdas estimadas	Saldo líquido	Valores em cobrança	Provisão para perdas estimadas	Saldo líquido
Multa disciplinar	7.052.692	(7.052.692)		7.051.007	(7.051.007)	
Anuidades						
2004 a 2014	92.445.967	(92.445.967)		96.201.363	(95.200.278)	1.001.085
2015	18.024.255	(17.123.042)	901.213	20.689.443	(16.589.583)	4.099.860
2016	23.935.357	(20.345.054)	3.590.304	28.476.801	(22.784.181)	5.692.620
2017	31.130.148	(23.347.611)	7.782.537	39.733.590	(26.845.914)	12.887.676
2018	36.995.834	(24.047.292)	12.948.542	44.928.750	(17.173.596)	27.755.154
2019	45.370.715	(24.953.893)	20.416.822	69.073.550	(20.722.065)	48.351.485
2020	78.293.667	(15.658.733)	62.634.933			
Cartões de crédito	169.347		169.347	221.665		221.665
Jornal do advogado	44.609		44.609	44.609		44.609
Outros valores a receber	674.179	(674.179)	-	945.062	(710.852)	234.210
	334.136.770	(225.648.464)	108.488.306	307.365.840	(207.077.475)	100.288.365



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020

Em reais

Os esforços contínuos da administração na gestão de recuperação da inadimplência vêm se intensificando, ao passo que se observa o crescimento da expectativa quanto à importância esperada para arrecadação. A evolução tem ocorrido mediante ações programadas e de efetivações pontuais.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base em modelo de perda de crédito esperada, cujo montante é considerado suficiente para cobrir eventuais prejuízos nos valores a receber na anuidade.

A movimentação está demonstrada abaixo:

Descrição	Movimentação
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(207.077.475)
Adições – 2020	(15.658.733)
Adição/Reversão Líquida de anos anteriores	(2.912.256)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(225.648.464)

7. Direito de uso de arrendamento

Os arrendamentos nos quais a Entidade (como arrendatária) detém substancialmente os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como direito de uso de arrendamentos. Estes são capitalizados no início do arrendamento, pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e o valor presente dos pagamentos previstos em contrato.

Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício como despesa financeira durante o período de vigência contratual.

As taxas utilizadas nos cálculos dos contratos foram o IPC-FIPE de 4,38% a.a. e o IGPM-FGV de 7,32% a.a.

A Entidade possui contratos de locações da Secional e Subseções e a seguir, apresentamos a movimentação dos arrendamentos após a adoção do CPC 06 (R2) – Arrendamentos:

Descrição	2020
Adoção inicial em 1 de janeiro de 2019	29.583.912
(-) Amortizações - Arrendamento 2019	(9.913.659)
(-) Amortizações - Arrendamento 2020	(9.788.713)
	9.881.540



SÃO PAULO
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
 Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020

Em reais

8. Imobilizado

Descrição	Taxas (%) anuais de depreciação			2020	2019
		Custo corrigido	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos		27.177.027		27.177.027	27.063.535
Edifícios		103.853.939	(25.301.500)	78.552.439	82.215.785
Instalações	10	5.213.440	(3.989.633)	1.223.807	1.141.399
Móveis e utensílios	10	34.561.423	(20.779.552)	13.781.871	12.274.838
Veículos	20	225.978	(105.175)	120.803	304.121
Equipamentos de computação	20	21.376.803	(16.810.175)	4.566.628	4.336.657
Imobilizado em curso		23.802.207		23.802.207	10.614.505
		216.210.817	(66.986.035)	149.224.782	137.950.840

No exercício de 2016, a OAB SP promoveu tratativas de financiamentos destinados às construções e ampliações de outros 14 (quatorze) novos imóveis para abrigar sedes de subseções nas cidades de Aguai, Guaratinguetá, Itápolis, Lençóis Paulista, Mairinque, Matão, Miracatu, Santa Fé do Sul, Santa Rita do Passa Quatro, São Pedro, São Sebastião da Gramma, Tatuí, Teodoro Sampaio e Itapetininga, tendo como objeto de garantia aprovado pelo Conselho Secional os imóveis localizados na Rua Maria Paula nº 23, 29 e 35, esquina da Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, nº 258 e 264 – São Paulo – Capital, em garantia, por meio de hipoteca, pelo valor de R\$ 4.742.960 com vencimento em 15 de abril de 2022.

Ainda no exercício de 2016, a OAB SP deu início à construção desses imóveis, sendo concluída em 2018.

O registro da hipoteca consta devidamente averbado junto ao 4º Cartório de Registro de Imóveis em 4 de maio de 2017, nos termos do instrumento de Cédula de Crédito Bancário emitida pela Instituição Financeira.

Em continuidade à expansão de suas instalações, a OAB-SP promoveu, no curso de 2018, novas obtenções de financiamentos com Capital de Giro no montante de R\$ 10.000.000, destinados às construções, ampliações e reformas de outros 31 (trinta e um) imóveis que abrigam as sedes de subseções, com vencimento em 2 de outubro de 2023.

No exercício de 2018, a OAB SP deu início à construção do imóvel da Subseção de Pinheiros. Em 2019, iniciaram as obras para as Subseções de Altinópolis, Tupã/Bastos, Boituva, Carapicuíba, Guaíra, Ibiúna, Mauá, Monte Alto, Ourinhos, Patrocínio Paulista, Pompéia, Santa Bárbara d'Oeste e Ubatuba. Já para 2020,



SÃO PAULO
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
 Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020

Em reais

início da ampliação do imóvel de Itapeva. O cronograma de conclusão das referidas obras dentre outras reformas e adaptações está previsto para 2021.

As movimentações do ativo imobilizado estão assim apresentadas:

2020					
Descrição	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Terrenos	27.063.535	113.492			27.177.027
Edifícios	103.853.939				103.853.939
Instalações	4.887.584	325.856			5.213.440
Móveis e utensílios	32.325.299	3.708.014	(1.471.890)		34.561.423
Veículos	567.844	-	(341.866)		225.978
Equipamentos de computação	22.008.161	1.674.118	(2.305.476)		21.376.803
Imobilizado em curso	10.614.505	13.187.702			23.802.207
Custo	201.320.867	19.009.182	(4.119.232)	-	216.210.817
Edifícios	(21.638.153)	(3.663.347)			(25.301.500)
Instalações	(3.746.185)	(243.448)			(3.989.633)
Móveis e utensílios	(20.050.462)	(2.513.663)	1.784.573		(20.779.552)
Veículos	(263.723)	(67.409)	225.957		(105.175)
Equipamentos de computação	(17.671.505)	(1.788.533)	2.649.863		(16.810.175)
Depreciação	(63.370.027)	(8.276.400)	4.660.393		(66.986.035)
Imobilizado líquido	137.950.840	10.732.782	541.161	-	149.224.782

2019					
Descrição	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Terrenos	26.047.634	1.015.902			27.063.535
Edifícios	103.545.983			307.956	103.853.939
Instalações	4.824.378	63.206			4.887.584
Móveis e utensílios	30.220.070	2.196.064	(90.836)		32.325.299
Veículos	828.711	248.808	(509.676)		567.844
Equipamentos de computação	19.876.505	2.208.434	(76.778)		22.008.161
Imobilizado em curso	2.246.056	8.676.406		(307.956)	10.614.505
Custo	187.589.337	14.408.819	(677.289)	-	201.320.867
Edifícios	(18.003.313)	(3.634.840)			(21.638.153)
Instalações	(3.519.832)	(226.353)			(3.746.185)
Móveis e utensílios	(18.154.240)	(1.970.579)	74.358		(20.050.462)
Veículos	(617.728)	(118.581)	472.586		(263.723)
Equipamentos de computação	(16.486.693)	(1.259.150)	74.338		(17.671.505)
Depreciação	(56.781.804)	(7.209.504)	621.282		(63.370.027)
Imobilizado líquido	130.807.532	7.199.316	(56.007)	-	137.950.840

Em 2019, as transferências somaram R\$ 307.956, relativas a obras finalizadas nas subseções das cidades de Mococa e São Pedro.



SÃO PAULO
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
 Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020

Em reais

9. Intangível

Descrição	Percentual de amortização anual	Custo corrigido	2020		2019
			Amortização	Líquido	Líquido
Direitos de uso de software	20	8.926.382	(7.018.986)	1.907.396	2.461.188
Marcas e patentes		695		695	695
		8.927.077	(7.018.986)	1.908.091	2.461.883

10. Empréstimos e financiamentos

Descrição	2020	2019
Empréstimos e financiamentos	7.488.252	10.693.615
	7.488.252	10.693.615
Circulante	3.241.189	3.225.835
Não circulante	4.247.063	7.467.780

10.1 Movimentação

Modalidade	Vencimento	Saldo inicial	Pagamentos	Juros		Saldo final
				Provisionados	Pagos	
Capital de giro (a)	out./23	6.001.077	(1.555.556)	344.316	(382.429)	4.407.408
Capital de giro (a)	jul./23	2.398.879	(666.666)	135.470	(145.461)	1.722.222
BNDES (b)	abr./22	2.293.659	(694.634)	324.333	(564.736)	1.358.622
		10.693.615	(2.916.856)	804.119	(1.092.626)	7.488.252

10.2 Garantias

- a) Os empréstimos captados para capital de giro, com finalidade de manutenção da operação, têm como garantia aplicações financeiras em fundo de investimento com vencimento em 2023, vide nota explicativa nº 5.
- b) Financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) captado por meio do Santander S.A., para projeto de realocação de algumas sedes de subseções da OAB-SP, com o objetivo de equacionar a demanda atual de infraestrutura e atender a futuras necessidades de ampliação. Como garantias do empréstimo, foram concedidas as hipotecas do prédio e respectivo terreno, situado na Rua Maria Paula nº 23, 29 e 35.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020

Em reais

10.3 Cláusulas contratuais restritivas (*Covenants*)

A Entidade possui empréstimos e financiamentos bancários garantidos que contêm cláusulas restritivas (“*covenants*”). O não cumprimento futuro dessas cláusulas restritivas pode exigir que a Entidade pague os empréstimos e financiamentos antes da data indicada na tabela anteriormente apresentada.

As cláusulas restritivas (“*covenants*”) constituídas nos instrumentos de empréstimos e financiamentos da Entidade são operacionais e não financeiras, para as quais a administração entende que não houve descumprimentos ou violações, estando assim adimplente com todas as cláusulas estipuladas nos contratos.

Os *covenants* estão atrelados aos empréstimos junto ao banco Santander e BNDES.

11. Contribuições estatutárias

Os valores correspondentes aos exercícios anteriores serão quitados à medida que forem sendo recebidos.

11.1 Conselho Federal

<u>Descrição</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Provisões referentes às cobranças		
A receber com anuidades de 2014		100.109
A receber com anuidades de 2015	90.122	409.986
A receber com anuidades de 2016	359.030	569.262
A receber com anuidades de 2017	778.254	1.288.768
A receber com anuidades de 2018	1.294.854	2.775.515
A receber com anuidades de 2019	2.041.682	4.835.148
A receber com anuidades de 2020	6.263.493	
Do exercício de 2019		767.355
Do exercício de 2020	924.855	
	<u>11.752.290</u>	<u>10.746.143</u>

O saldo residual da contribuição devida do exercício de 2020, no montante de R\$ 924.855, foi quitado no início de 2021.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020

Em reais

11.2 Caixa de assistência dos advogados de São Paulo – CAASP

Descrição	2020	2019
Provisões referentes às cobranças		
A receber com anuidades de 2014		200.217
A receber com anuidades de 2015	180.243	819.972
A receber com anuidades de 2016	718.061	1.138.524
A receber com anuidades de 2017	1.556.507	2.577.535
A receber com anuidades de 2018	2.589.708	5.551.031
A receber com anuidades de 2019	4.083.364	9.670.297
A receber com anuidades de 2020	12.526.987	
Do exercício de 2019		1.163.793
Do exercício de 2020	2.119.516	
	23.774.386	21.121.369

O saldo residual da contribuição devida do exercício de 2020, no montante de R\$ 2.119.516, foi quitado no início de 2021.

11.3 Fundo cultural

Descrição	2020	2019
Provisões referentes às cobranças		
A receber com anuidades de 2014		30.032
A receber com anuidades de 2015	27.037	122.996
A receber com anuidades de 2016	107.709	170.779
A receber com anuidades de 2017	233.476	386.630
A receber com anuidades de 2018	388.456	832.655
A receber com anuidades de 2019	612.505	1.450.544
A receber com anuidades de 2020	1.879.048	
	3.248.231	2.993.636

11.4 Fundo de Integração e Desenvolvimento Assistencial dos Advogados (FIDA)

Descrição	2020	2019
Provisões referentes às cobranças		
A receber com anuidades de 2014		20.022
A receber com anuidades de 2015	18.024	81.997
A receber com anuidades de 2016	71.806	113.852
A receber com anuidades de 2017	155.651	257.754
A receber com anuidades de 2018	258.971	555.103
A receber com anuidades de 2019	408.336	967.030
A receber com anuidades de 2020	1.252.699	
Do exercício de 2019		153.471
Do exercício de 2020	184.971	
	2.350.458	2.149.229



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020

Em reais

O saldo residual da contribuição devida do exercício de 2020, no montante de R\$ 184.971, foi quitado no início de 2021.

12. Retenções contratuais

<u>Descrição</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
CAASP mútuo 2002 e 2003	11.540.366	12.233.852
Atualização monetária	25.818.527	23.793.466
	37.358.893	36.027.318
Circulante	3.902.851	3.036.337
Não circulante	33.456.042	32.990.981

A operação refere-se ao saldo da dívida junto à Caixa de Assistência dos Advogados, negociada mediante o Instrumento Particular de Consolidação, Novação, Mútuo e Confissão de Dívida, de 23 de setembro de 2003, com primeiro aditamento em 3 de julho de 2008, incorporando o saldo residual de 2003 no montante de R\$ 1.683.058, segundo aditivo em 25 de fevereiro de 2013 e terceiro aditamento em 7 de fevereiro de 2018, oriundo de contribuições estatutárias não repassadas nos anos de 2002 e 2003, corrigidos monetariamente.

<u>Descrição</u>	<u>Valor</u>
Contrato de mútuo Setembro/2003	34.672.177
(+) Aditamento 2008	1.683.058
(-) Pagamentos efetuados em 2006 a 2020	(24.814.868)
(=) Dívida (Principal)	11.540.366
(+) Total atualização monetária	25.818.527
(=) Saldo total atualizado	37.358.893

Não ocorreram pagamentos das parcelas vencidas em 2004 e 2005.

Os saldos são atualizados com base no índice de variação do IPC-FIPE.

A atual Diretoria estuda a extinção do referido mútuo em conjunto com a Diretoria da Caixa de Assistência dos Advogados. Até a conclusão das discussões e viabilidades, a Diretoria determinou a suspensão dos repasses.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020

Em reais

13. Receitas – assistência financeira

<u>Descrição</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Assistência Financeira - Conselho Federal	45.911.100	47.912.204
Circulante	2.019.838	2.068.494
Não circulante	43.891.262	45.843.710

Compreende receita oriunda de subvenção para a aquisição de bens depreciables, relativa às retenções de 30% dos valores dos repasses estatutários devidos ao Conselho Federal, que objetivam a constituição de um fundo destinado à formação de reserva financeira para as aquisições da nova sede para o Conselho Seccional e seu respectivo auditório anexo, além de construções de novas sedes e modernizações para as Subseções de Campinas, Bauru, Ribeirão Preto, Barueri e Socorro.

Com as inaugurações da nova sede da OAB SP, em agosto de 2014 e o auditório anexo da sede institucional da OAB SP, em agosto de 2018, ambos localizados na Rua Maria Paula, 35, além das inaugurações particularizadas das Subseções, as assistências financeiras passaram a ser reconhecidas no resultado do exercício pelos valores das depreciações dos imóveis, de acordo com o pronunciamento CPC 07 – Subvenção e Assistência Governamentais.

Em 2019, as Diretorias da OAB SP e Conselho Federal promoveram o devido encontro de contas relativo às retenções das cotas estatutárias dos exercícios de 2016, 2017 e 2018, resultando no equacionamento dos saldos. Por decisão unânime, houve repasse pela OAB SP no valor de R\$ 11.074.537, ao passo que o Conselho Federal converteu 50%, compreendidos por R\$ 5.537.269, para investimentos em obras das Subseções do Estado de São Paulo.

No resultado do exercício de 2020, foi reconhecida uma receita de R\$ 2.019.838 (R\$ 2.068.494 em 2019), decorrente da depreciação dos bens adquiridos para essas unidades.

O saldo a ser apropriado é composto da seguinte forma:

<u>Descrição</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Subvenção de 2008 a 2020	56.809.964	56.809.964
Depreciação de 2014 a 2020	(10.898.864)	(8.897.760)
Saldo a apropriar	45.911.100	47.912.204



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020

Em reais

14. Provisão para riscos processuais

<u>Descrição</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Processos cíveis	4.654.896	3.655.792
Processos trabalhistas	4.124.399	4.829.159
Processos previdenciários	730.944	817.190
	<u>9.510.239</u>	<u>9.302.141</u>

A provisão é decorrente de ações judiciais, cíveis, trabalhistas e tributárias e foram constituídas com base na opinião dos assessores jurídicos da OAB SP (risco provável) em montante considerado suficiente para absorver perdas decorrentes do desfecho dessas ações.

Existem outros processos avaliados pela administração e pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado de R\$ 11.000.746, em 31 de dezembro de 2020, em processos cíveis para os quais nenhuma provisão foi constituída.

14.1 Movimentação da contingência

<u>Descrição</u>	<u>Movimentação</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	9.302.141
Baixas	(2.656.206)
Adições	2.864.304
	<u>9.510.239</u>

15. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é composto pelo superávit acumulado, conforme demonstrado no quadro das Mutações do Patrimônio Líquido.

No decorrer dos exercícios de 2004 a 2007, a OAB-SP promoveu a reavaliação de imóveis da Entidade, representando aumento do seu Patrimônio Líquido. A realização dessa reserva de reavaliação, por sua depreciação correspondente, é assim representada:

<u>Descrição</u>			<u>2020</u>	<u>2019</u>
	<u>Constituição</u>	<u>Realização</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Reserva 2004	3.298.420	(2.176.957)	1.121.463	1.253.400
Reserva 2005	837.797	(505.470)	332.327	365.839
Reserva 2007	32.514.262	(4.340.222)	28.174.040	28.434.457
	<u>36.650.479</u>	<u>(7.022.648)</u>	<u>29.627.831</u>	<u>30.053.696</u>



SÃO PAULO

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020

Em reais

16. Receitas ordinárias

<u>Descrição</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Anuidades pessoas físicas	309.863.354	306.591.874
Contribuições de pessoas jurídicas		
Contribuições de sociedades do exercício	1.841.481	13.086.172
Contribuições de soc. de exercícios anteriores	565.463	616.048
	2.406.944	13.702.220
Taxas e emolumentos		
Carteiras brochuras de advogados	3.715.786	4.837.296
Cédula de identidade de advogados	1.468.309	2.153.051
Alteração de contrato social	2.059.477	2.574.766
Carteiras brochuras de estagiários	269.617	471.828
Cédula de identidade de estagiários	150.722	265.941
Averbação de contrato de advogados	417.238	599.489
Outras receitas	1.261.758	1.405.955
	9.342.907	12.308.326
Inscrições		
Inscrições de advogados	3.554.131	4.670.722
Inscrições de estagiários	286.528	495.208
Inscrições de sociedades	4.128.027	4.513.458
Inscrição suplementar de advogado	240.457	332.123
	8.209.143	10.011.511
Multas e atualizações monetárias de anuidades		
Multas de anuidades de advogados	998.335	912.724
Multas disciplinares	27.123	56.982
Multas de contribuições de sociedades	5.522	41.825
Atualização monetária de anuidade/contribuições	403.147	482.571
	1.434.127	1.494.102
	331.256.475	344.108.033

17. Custo das receitas ordinárias

<u>Descrição</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Custo cobrança anuidades PF	(6.261.903)	(6.832.071)
Custo cobrança contribuições PJ	(1.930.378)	(2.128.703)
Custo cobrança taxas e emolumentos	(1.122.370)	(1.275.533)
	(9.314.651)	(10.236.307)



SÃO PAULO

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020

Em reais

18. Receitas extraordinárias

Descrição	2020	2019
Concursos		
Inscrições de exame de ordem	2.707.991	6.794.590
	2.707.991	6.794.590
Serviços		
Copiadoras	633.204	2.403.430
Recebimento assistência médica – subseções ¹	62.828.341	39.680.222
Cursos de curta duração	3.132.311	4.173.478
Cursos longa duração	1.469.179	1.960.664
Outras receitas	1.169.697	1.621.565
	69.232.732	49.839.359
Diversas		
Patrocínios diversos	790.049	3.869.936
Anúncio no jornal do advogado	2.725	62.805
Baile dos advogados	2.700	1.140.303
Aluguéis para eventos	173.311	367.393
Arrendamento	63.325	225.694
Receitas com impressões	233.682	575.416
Doações	155.940	1.093.019
Outras receitas	4.248.864	3.447.783
	5.670.596	10.782.349
Financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras – CDB	1.763.450	9.314.063
Juros sobre anuidades do exercício	541.889	884.203
Juros sobre anuidades de exercícios anteriores	3.410.941	3.085.113
Rendimentos aplicações financeiras	110.680	241.993
Rendimentos fundos de investimentos	214.699	42.312
Outros	86.455	157.787
	6.128.114	13.725.471
	83.739.433	81.141.770

¹ A partir do exercício de 2020 as Subseções de Piracicaba, São Pedro e Sorocaba passaram a reportar as movimentações com operações dos planos de saúde.



SÃO PAULO
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
 Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020

Em reais

19. Custo das receitas extraordinárias

<u>Descrição</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Custo copiadoras	(1.116.529)	(2.894.240)
Custo assistência médica – subseções ²	(61.522.442)	(38.467.881)
Custo jornal do advogado	(449.597)	(1.109.454)
Custo Exame de Ordem	(376.476)	(568.285)
Custo baile dos advogados	(28.373)	(1.542.608)
	<u>(63.493.417)</u>	<u>(44.582.469)</u>

² A partir do exercício de 2020, as Subseções de Piracicaba, São Pedro e Sorocaba passaram a reportar as movimentações com operações dos planos de saúde.

20. Despesas com pessoal

<u>Descrição</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Despesas com pessoal		
Ordenados	50.773.153	51.387.495
Vale-refeição	31.371.569	30.744.521
Assistência médica	23.729.591	23.172.838
Prêmios e gratificações	2.718.171	3.193.706
Vale-transporte	2.224.893	3.209.107
Serviços temporários	86.845	79.899
Horas extras	346.208	1.058.752
Remuneração de estagiários	788.966	871.244
Aprendizes	911.429	934.324
Auxílio-creche	432.440	571.388
Outras despesas	2.110.820	1.951.405
	<u>115.494.085</u>	<u>117.174.679</u>
Encargos sociais		
INSS funcionários	14.588.052	15.481.822
Férias	6.562.051	7.294.867
FGTS	8.654.138	8.357.818
13º salário	4.903.838	5.203.760
Outras despesas	2.409.922	2.516.572
	<u>37.118.000</u>	<u>38.854.839</u>
	<u>152.612.085</u>	<u>156.029.518</u>



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020

Em reais

21. Despesas administrativas e gerais

Descrição	2020	2019
Serviços de terceiros – pessoa jurídica	20.273.314	20.503.221
Comunicação	5.214.051	6.907.743
Utilidades	4.280.919	7.190.176
Ocupações	2.650.042	2.515.547
Despesas com materiais	4.154.184	6.136.649
Serviços de terceiros – pessoa física	4.458.271	5.655.220
Depreciação	18.318.392	18.068.978
Despesas com viagens e locomoções	2.374.939	5.907.143
Despesas com alimentação	1.029.892	3.916.025
Outras despesas	112.082	398.652
	62.866.086	77.199.354

22. Superávit do exercício

As movimentações das despesas do exercício de 2020 tiveram um decréscimo de R\$ 19.568.301 (-8,27%) sobre o exercício de 2019, ao passo que as receitas líquidas do exercício de 2020 tiveram um decréscimo de R\$ 26.067.525 (-10,51%) sobre o exercício de 2019. Contudo, tais cenários demonstram equalização das contas no período.

23. Gerenciamento de riscos

A administração é realizada por meio de estratégias operacionais e o gerenciamento de instrumentos financeiros da Entidade visa liquidez, rentabilidade e segurança. De acordo com a natureza dos instrumentos financeiros, as operações podem envolver riscos conhecidos ou não, sempre de acordo com o melhor julgamento da Entidade na avaliação dos potenciais riscos. Assim, podem existir riscos com ou sem garantias, dependendo de aspectos circunstanciais ou legais.

O principal fator de risco da Entidade está ligado à liquidez. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade, que monitora continuamente a liquidez para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

a) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é efetuada pela administração, que monitora continuamente a liquidez, para assegurar que a Entidade tenha caixa suficiente



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020

Em reais

para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, o cumprimento de metas internas e, quando aplicável, as exigências regulatórias externas ou legais.

b) Risco de taxas de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Entidade vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Para os contratos em empréstimos e financiamentos, a Entidade não tem pactuado contratos de derivativos para *hedge* ou *swap* contra esse risco. Porém, ela monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de mitigar eventuais riscos de volatilidade dessas taxas.

Em 31 de dezembro de 2020, a Entidade não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

24. Trabalho voluntário

Conforme determinado pela Interpretação Técnica – ITG 2002, para efeito de cumprimento da resolução aplicável a entidades sem finalidade de lucros, a Entidade deve identificar e mensurar os trabalhos voluntários por ela recebidos durante o exercício de 2020. Por força de seu estatuto, o cargo de conselheiro ou de membro da diretoria de órgão da OAB é de exercício gratuito e obrigatório, considerando serviço público relevante. Além dessa obrigatoriedade, outro corpo de voluntários dedicou à Entidade trabalhos nas áreas de apoio jurídico.

A Entidade não mensurou o valor justo do trabalho voluntário em decorrência da sua dimensão (nota explicativa nº 1), ocasionada pela elevada quantidade de localidades de atuação e pela ausência de um controle efetivo sobre os trabalhos recebidos de forma voluntária, sendo entendido que, na eventual hipótese da ausência desses trabalhos voluntários, a Entidade não teria impactos financeiros significativos no caixa, possuindo ainda uma estrutura administrativa profissional.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020

Em reais

25. Cobertura de seguros

É política da administração manter cobertura de seguro para os bens do ativo imobilizado, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, com base em informações de consultores especializados.

Caio Augusto Silva dos Santos
Presidente

Ricardo Luiz de Toledo Santos Filho
Vice-Presidente

Aislan de Queiroga Trigo
Secretário – Geral

Margarete de Cássia Lopes
Secretária – Geral Adjunta

Raquel Elita Alves Preto
Tesoureira

Rodrigo Colombani Bianchin
Contador CRC01SP290.872/O-5